



Americanismo e Fordismo: a unidade do mundo na era de sua reconfiguração geopolítica. O conceito de revolução passiva como categoria interpretativa

*Carlos Nicodemos**

Resumo: O *americanismo* foi a resposta ao processo revolucionário iniciado com a Revolução Bolchevique (1917), como, também, pela “crise orgânica” aberta pela I Guerra Mundial. Neste contexto, a hegemonia das classes dominantes estava fragmentada, sendo que as duas forças sociais, a burguesia e o proletariado, disputavam a direção econômico-cultural no mundo ocidental. Mas, a corrida pela hegemonia se dava de modo desigual, onde as classes dominantes possuíam inesgotáveis mecanismos para a manutenção da sua dominação; por outro lado, as classes dominadas deveriam se unificar para poderem conquistar a hegemonia produtiva, enterrando, de vez, o modo de produção capitalista em conjunto com as suas relações de classes. Portanto, nessas condições, as classes dominantes utilizaram as *revoluções passivas* para reforçarem a sua direção fragilizada, retomando o *consenso*, e desarticulando as classes subalternas em processo de sublevação social. Por isso, Gramsci aponta que a implementação do *americanismo* na Europa ocorreu sob formas de extrema coerção, mas conservando as classes tradicionais fora do campo produtivo exigido pelo novo modelo de produção.

Palavras-chave: Americanismo; Revolução Passiva; Hegemonia; Luta de Classes; Crise Orgânica.

Americanism and Fordism: the unity of the world in the age of its geopolitical configuration. The concept of passive revolution as an interpretative category

Abstract: Americanism was the response to the revolutionary process initiated by the Bolshevik Revolution (1917), as well as by the “organic crisis” opened up by

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: carlosnicodemos89@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3159691746054776>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7592-6460>.

World War I. In this context, the hegemony of the ruling classes was fragmented with the two social forces, the bourgeoisie and the proletariat, disputing the economic-cultural direction in the Western world. But the race for hegemony was uneven where the ruling classes had inexhaustible mechanisms to maintain their domination; on the other hand, the dominated classes should be unified in order to conquer productive hegemony, burying, once and for all, the capitalist mode of production together with its class relations. Therefore, under these conditions the ruling classes used passive revolutions to reinforce their weakened leadership, resuming consensus and dismantling the subaltern classes in a process of social upheaval. For this reason, Gramsci points out that the implementation of Americanism in Europe took place under forms of extreme coercion, but keeping the traditional classes out of the productive field required by the new production model.

Keywords: Americanism; Passive Revolution; Hegemony; Class Struggles; Organic Crises.

Introdução

As forças que alicerçam o mundo contemporâneo têm bases históricas. Nada trouxe modificações mais profundas para a vida humana e para a superfície do planeta como a Primeira Revolução Industrial¹. Com ela, vieram os gases mortais – nunca vistos pelas gerações anteriores –, liberados das altas chaminés das modernas indústrias, transformando, drasticamente, a estética das antigas cidades europeias. Pode-se afirmar, portanto, que da Primeira Revolução Industrial irromperam as forças produtivas aprisionadas por séculos, bem como formas inauditas no modo de viver e de trabalhar, estabelecendo no seio social, modernas, porém, ainda contraditórias relações humanas. Mas, acima de tudo, é importante esclarecer que, a Primeira Revolução Industrial, além de desenvolver as bases produtivas do sistema capitalista, as solidificou, em um primeiro

¹ A Primeira Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra entre os anos de 1760 e 1840. Foi a responsável pela completa transição para novas máquinas produtivas, aprimorando a forma como os trabalhadores executavam seus trabalhos.

momento, concretamente, no continente europeu. A indústria alicerçada no modo de produção capitalista seria, nos séculos posteriores, a grande protagonista do moderno modo de exploração capitalista, como veremos a partir da leitura de Gramsci, em *Americanismo e Fordismo* (1934).

Gramsci, em suas reflexões, tece uma grande teia que liga diretamente aos problemas deixados nas relações *estruturais* e *superestruturais* italianas, a um contexto amplamente maior do que os conflitos encontrados na península: eles assumem características globais. Desde as preliminares tentativas de organizar um roteiro de estudos, o autor italiano compreendia a necessidade de se dedicar ao aprendizado do *americanismo*, para compreender, assim, o desenvolvimento da história mundial. As discussões sobre esse tema tão vasto aparecem, inclusive, em seus testemunhos carcerários, hoje mundialmente conhecidos como as *Cartas do Cárcere*. Por outro lado, o autor se dedicou e escreveu sobre o modo de vida americano em várias notas espalhadas em diversos *Cadernos do Cárcere*. No entanto, é no *Caderno 22* (1934) que o autor sardo sintetiza as suas rigorosas reflexões a respeito do *americanismo*.

A indústria americana, sendo a sua expressão máxima o fordismo, como ficou conhecido o método aplicado pelas indústrias de Henry Ford², atualizou aos seus dias outro procedimento de controle baseado na cronometragem dos tempos dos operários: o taylorismo³. O resultado se deu por meio da união do sistema de Taylor com a mecanização do trabalho, acompanhando o ritmo da linha de montagem. Assim, o fordismo soube unificar a velocidade própria do taylorismo aos movimentos dos trabalhadores de sua indústria, precisando em tempos cada vez menores, formas rápidas no modo de trabalhar.

Destaca-se, portanto, que os modernos métodos de trabalho exigiram um *novo tipo* humano, bem como novas competências

² Henry Ford (1863-1947) foi o fundador da indústria automobilística norte-americana Ford Motor Company. O empresário aplicou no processo produtivo a linha de montagem em série buscando aumentar os lucros e diminuir o tempo na produção dos veículos.

³ O taylorismo foi um sistema de organização do trabalho formulado pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915).

“educacionais” próprias às indústrias Ford. Resume-se, portanto, que a *indústria de tipo Ford*, além de criar “novas” funções de trabalho; necessitar de um modelo de trabalhador; mecanizar a vida humana dentro e fora da indústria; a fábrica do engenheiro americano requereu a emergência de outra mentalidade, novos paradigmas de consumo, bem como uma rígida disciplina comportamental que se adequasse às novas relações de produção capitalistas.

O Americanismo como revolução passiva: os novos métodos de trabalho exigidos pela nova roupagem capitalista

O século XX inicia imerso em uma crise⁴ orgânica⁵. A queda tendencial da taxa de lucro se manifestou na profunda Crise de 1929. O

⁴ O conceito de *crise* para Gramsci possui elementos únicos. A queda tendencial da taxa de lucro nas primeiras décadas do século XX, especialmente com a sua manifestação na Crise de 1929, é o resultado de um longo processo herdado das contradições inerentes ao capitalismo. As crises não produzem eventos fundamentais na história, no entanto, elas criam as condições necessárias, isto é, o terreno fértil à disseminação de determinados modos de pensar e agir. Assim, em Gramsci, o determinismo econômico não existe: a história não está determinada a trilhar apenas um caminho, seguindo os “rastros” deixados pelas crises. No entanto, é importante esclarecer que, as crises orgânicas não são determinadas pelas crises financeiras, mas, se manifestam como resultados das crises históricas intrínsecas ao modo de produção capitalista, estando a burguesia em seu centro. A burguesia, na sua busca pelo domínio da hegemonia, cria em seu processo de desenvolvimento crises cada vez mais intensas.

⁵ Gramsci define o conceito de crise orgânica em conformidade com o conceito de hegemonia. O autor afirma que quando uma classe hegemônica perde o consenso sobre as classes dominadas, entretanto, permanece dominante por meio da pura força coercitiva, isso quer dizer que as classes subalternas se distanciaram da hegemonia da classe dominante, buscando novas formas de organização social. O resultado pode ser evidenciado na máxima gramsciana de *que o velho morre, todavia, o novo não pode nascer*. Esse conflito entre o velho e novo, bem como coerção e consenso, criam as condições necessárias para as crises orgânicas. Verifica-se, como resultado, que a classe dominante se mantém dominante em períodos de crises orgânicas na medida em que conserva a autoridade coercitiva. Assim, a crise orgânica que entendendo metodologicamente, é a marca profunda de uma diferença entre a *estrutura* de produção e as *superestruturas*, resultado de uma evolução contraditória entre as duas partes.

desequilíbrio do capitalismo foi essencial para que Gramsci refletisse sobre as consequências históricas deixadas pela Primeira Guerra Mundial⁶, bem como os efeitos causados no mundo ocidental pela Revolução Russa⁷. Neste contexto de profundas mudanças econômicas e sociais, Gramsci constata o equívoco do movimento comunista ligado principalmente à 2^o e a 3^o Internacionais Comunistas, ao acreditar no confronto direto com a classe burguesa organizada, defendendo que a crise do liberalismo na sua fase imperialista não havia submetido o capitalismo ao fracasso, como consideravam outros comunistas. O autor sardo percebe as inovações no campo das lutas de classes, afirmando que o enfrentamento no após Primeira Guerra Mundial deveria ser travado no interior de uma “guerra de posição”.

Convém destacar que o fordismo foi o instrumento de ação e resistência do capitalismo frente às “crises orgânicas” deixadas pelo imperialismo, pela Primeira Guerra Mundial, bem como pelo advento da Revolução Russa. Toma-se conhecimento que essas transformações moleculares se estabeleceram no ocidente na forma de uma *revolução passiva* deliberada a neutralizar os antagonismos da própria sociedade capitalista. Nesse sentido, o *americanismo* foi o modo desenvolvido para entorpecer as controvérsias inerentes ao modo produtivo burguês, não exclusivamente como medida econômica, mas, assumindo, também, um

⁶ Primeiramente, a Primeira Guerra Mundial se estabeleceu no continente europeu, todavia, com a inflamação do conflito, o combate se espalhou para o restante do planeta. A Primeira Guerra Mundial inicia-se em 28 de julho de 1914, após o assassinato de Francisco Fernando da Áustria-Hungria (1863-1914), inflamando as relações entre as nações imperialistas.

⁷ A Revolução Russa ocorreu em outubro de 1917. A Revolução de Outubro foi o resultado da organização das classes trabalhadoras frente à *hegemonia* do capitalismo. A Revolução Russa derrotou a monarquia do país e levou ao poder o Partido Bolchevique, do intelectual e revolucionário Vladimir Lênin. A revolução se consolida como germe organizacional das massas desorganizadas e afugentadas, porém, *tendentes à unidade*. A unidade criada na Revolução de Outubro se fez como enfrentamento ao modo de produção capitalista, sendo o comunismo outra possibilidade histórica, visando reconstruir o novo modo de produção, ao passo que colocava as classes subalternas no processo reconstutivo.

caráter ideológico. Portanto, a *revolução passiva*⁸ pretendia redefinir as bases produtivas do capitalismo visando conter a *queda tendencial da taxa de lucro*, bem como neutralizar os antagonismos de classes dentro do “bloco histórico” do capitalismo avançado.

No *Caderno 22* (1934) intitulado *Americanismo e Fordismo*, Gramsci lança o seu olhar para o outro lado do oceano Atlântico, diretamente para os Estados Unidos da América. O autor sardo compreende o fordismo e o *americanismo*, como uma tentativa de superar o *velho individualismo econômico*⁹, buscando alcançar na economia uma *organização programática*. No entanto, a busca por uma *economia programática* encontra nas *societas rerum*¹⁰, bem como nas *societas hominum*¹¹ formas de resistências através de desmedidas “[...] complicações, posições absurdas, crises econômicas e morais de tendências frequentemente catastróficas” (GRAMSCI, 2020, p. 241). Assim, o autor italiano afirma que toda investida que visa transformações nas relações sociais de produção, encontram, em seu processo de desenvolvimento, resistências em amplas classes.

⁸ Gramsci constata, além do *Risorgimento* e do *Americanismo*, uma terceira forma de *revolução passiva*: o fascismo. O fascismo é caracterizado pela intervenção do Estado na economia, bem como pela organização corporativista. A *revolução passiva* que ocorreu sob a tutela do fascismo visava, acima de tudo, modernizar o capitalismo italiano, manter os privilégios das classes tradicionais, e impor, por meio da coerção, novos métodos de trabalho desconhecidos no continente europeu. Mas, sobretudo, o fascismo atuou, além de desenvolver as forças produtivas na Itália sob a égide das classes tradicionais, como reação à revolução proletária ocorrida na Rússia, desarticulando, em solo italiano, as organizações de classes representada no Biennio Rosso: conhecido no Brasil por Biênio Vermelho - período de profundas lutas de classes na Itália. O fascismo, como afirmou Scurati, que começou com a *exploração do rancor na área política*, termina como dinamizador do imperialismo capitalista italiano, assim como com o fortalecimento do capitalismo financeiro na península, além de desenvolver e expandir a política de massas.

⁹ O “velho individualismo econômico” está ligado ao trabalho do artesão.

¹⁰ *Estrutura produtiva*.

¹¹ *Superestruturas*.

As classes dominadas teriam de ser direcionadas para novas formas de trabalho; mas as classes altas resistem diante da retrógrada *composição demográfica* – da qual elas são expressão – dificultando as inovações de novos métodos produtivos. As classes altas enfrentam os novos métodos uma vez que no seio da nova estrutura produtiva a posição delas haveria de ser substituída por novas posições de classes, bem como por modernos mecanismos de acumulação e distribuição do capital. A etiqueta americanizada da *economia programática* assume, portanto, a forma autêntica de uma *revolução passiva*. Para Gramsci, a *economia programática* buscava superar o “classismo” econômico através de um caráter reformista e moderativo, visando, primeiro, satisfazer os interesses das classes tradicionais. Deste modo, segundo o autor, ao buscar compreender a *rubrica* referente às relações desenvolvidas a partir do *americanismo*, algumas situações históricas devem ser analisadas:

Registro de alguns dos problemas mais importantes ou interessantes no essencial, embora à primeira vista pareçam não ser de primeiro plano: 1) substituição da atual camada plutocrática por um novo mecanismo de acumulação do capital financeiro, baseado imediatamente na produção industrial; 2) questão sexual; 3) questão de saber se o americanismo pode constituir uma “época” histórica, ou seja, se pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo (examinado em outros locais) das “revoluções passivas” próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma “explosão”, ou seja, uma revolução de tipo francês; 4) questão da “racionalização” da composição demográfica europeia; 5) questão de saber se o desenvolvimento deve ter seu ponto de partida no interior do mundo industrial e produtivo ou se pode ocorrer a partir de fora, através da construção cautelosa e maciça de uma estrutura jurídica formal que guie a partir de fora os desenvolvimentos necessários do aparelho produtivo; 6) questão dos chamados ‘altos salários’

pagos pela indústria “fordizada” e racionalizada; 7) o fordismo como ponto extremo do processo de sucessivas tentativas da indústria no sentido de superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro; 8) a psicanálise (sua enorme difusão no pós-guerra) como expressão do aumento da coerção moral exercida pelo aparelho estatal e social sobre os indivíduos e das crises mórbidas que esta coerção determinada; 9) o Rotary Club e a Maçonaria (GRAMSCI, 2020, p. 242).

Destaca-se, primeiramente, o terceiro problema apontado pelo autor: se as bases do *americanismo* visavam apenas conceber uma “época” histórica de caráter passiva, ou, de maneira oposta, inclinava-se a se desenvolver por meio de uma “explosão”, possuindo, em seu interior, os germes do jacobinismo próprios da Revolução Francesa. Se os elementos do *americanismo* fossem portadores de princípios organizativos próprios de outra possibilidade histórica, o *americanismo* poderia levar à supressão das relações capitalistas de produção. No entanto, se assumisse em sua fórmula traços de uma “época” histórica¹², o *americanismo* não passaria de uma investida da classe dominante na sua busca pela hegemonia fragilizada, organizando e atualizando as forças produtivas do capitalismo em crise.

A organização e a expansão do *americanismo* exigiram definidas estruturas produtivas racionalizadas, bem como modernas *composições demográficas*. Gramsci evidencia, portanto, a primeira na segunda nota de o *Americanismo e Fordismo* (1934), a saber: a *racionalização da composição demográfica europeia*. Segundo o autor, a estrutura produtiva europeia, em especial a italiana, estava concentrada por uma antiga camada plutocrática herdeira dos sedimentos deixados nas relações feudais. Todavia, as camadas de chumbo que representavam as classes altas, ao perceberem as mazelas do *americanismo* revestidas em *valores de troca*, procuraram *conciliar o inconciliável*, ou seja, a anacrônica estrutura

¹² No terceiro enunciado o autor atesta: “*revoluções passivas* próprias do século passado”. Ele está fazendo referências às *revoluções passivas* próprias do período do *Risorgimento*.

produtiva, aos novos métodos lucrativos desenvolvidos pelas indústrias de *tipo Ford*. Mas, afirma o autor, a “[...] introdução do fordismo encontra tantas resistências ‘intelectuais’ e ‘morais’ e ocorre sob formas particularmente brutais e insidiosas, através da mais extremada coerção” (GRAMSCI, 2020, p. 242). É preciso notabilizar que quando Gramsci afirma que o *americanismo* ocorreu na península *sob formas particulares e brutais*, refere-se, em vista disso, ao corporativismo fascista. Segundo Gramsci, a Europa:

[...] quer fazer a omelete sem quebrar os ovos, ou seja, quer todos os benefícios que o fordismo produz no poder de concorrência, mas conservando seu exército de parasitas que, ao devorar enormes quantidades de mais-valia, agrava os custos iniciais e debilita o poder de concorrência no mercado internacional (GRAMSCI, 2020, p. 242-243).

Por outro lado, nos Estados Unidos, a *composição demográfica* necessária para o *americanismo* era amplamente racionalizada. Manifesta-se que o país norte-americano não contava com uma história feudal, muito menos possuía em sua organização produtiva uma concentração de “classes parasitárias”, resultando, positivamente, na capacidade de inovação econômica e tecnológica. A Europa, ao contrário, estava imersa em profundas relações de classes mal resolvidas. Muitos países do continente europeu chegaram ao modelo produtivo capitalista, como também às relações liberais por uma “revolução sem revolução”. Resulta que vários países, inclusive a Itália, programaram a *estrutura* produtiva capitalista sem passar, efetivamente, pela revolução burguesa. Diante disso, as “classes parasitárias” resistiram, absorvendo em seu seio, enormes sedimentos passivos da sociedade. Assim, Gramsci assegura que a *composição demográfica* europeia se fazia largamente de forma irracional aos novos métodos produtivos do fordismo. E acrescenta: quanto mais “[...] antiga é a história de um país, tanto mais numerosas e gravosas são estas sedimentações de massas ociosas e inúteis que vivem do ‘patrimônio’ dos ‘avôs’, destes pensionistas da história econômica” (GRAMSCI, 2020, p. 243).

Os Estados Unidos, por ser um país relativamente novo e sem tantas relações de classes em comparação aos desdobramentos milenares que criaram as relações sociais europeias, constituem uma potência em nível mundial, no entanto, sem grandes *tradições históricas e culturais*. Assim, com a ausência das “classes parasitárias” – próprias das estruturas produtivas europeias –, a acumulação de capital na nação de Abraham Lincoln¹³ se mostrou admirável aos novos métodos exigidos pelo capitalismo do século XX. Gramsci assegura, portanto, que a inexistência dessa *camada de chumbo* possibilitou a estrutura saudável para o desenvolvimento da nova indústria, bem como para o comércio.

Como a *composição demográfica* norte-americana era “racional” às novas condições impostas pela nova roupagem capitalista, racionalizar a produção na América se deu de forma progressista para as classes dirigentes. Deste modo, a introdução da indústria fordista nos Estados Unidos, assim como a racionalização da produção e do trabalho, ocorreu por intermédio de duas frentes: por meio da *força* e pelo uso do *consenso*. Segundo Gramsci, a *força* estava alinhada ao fechamento de sindicatos representativos ligados às classes trabalhadoras, bem como pela transformação da própria natureza humana¹⁴; o *consenso* realizou-se por meio de benefícios sociais, como também pelo aumento dos salários (os chamados altos salários), sem deixar de ocorrer uma fortíssima propaganda política e ideológica. É importante evidenciar que a *revolução passiva* imprimida na América verificou-se por meio do *consenso*: os altos salários e benefícios sociais persuadiram os trabalhadores a aceitarem o novo mecanismo produtivo. Contudo, a nova

¹³ Abraham Lincoln (1809-1865) foi um político norte americano que serviu como o 16º presidente dos Estados Unidos, ocupando o cargo entre os anos de 1861 até seu assassinato, em 1865. Lincoln assinou a 13ª emenda constitucional, abolindo a escravidão nos Estados Unidos. Força produtiva esta que sustentou a acumulação de capital nos Estados Unidos por séculos.

¹⁴ A natureza referida não é a natureza em sentido amplo, isto é, o mundo natural e físico. A natureza a ser modificada é a *natureza humana*, ou seja, o conjunto de traços que constituem o indivíduo: modos de pensar, modos de agir, modos de compreender e de se portar no mundo.

hegemonia germinada das relações de fábrica tendia a se expandir para toda *sociedade civil*. A América, afirma o autor:

[...] não tem grandes “tradições históricas e culturais”, mas tampouco está sufocada por esta camada de chumbo: é esta uma das principais razões - certamente mais importante do que a chamada riqueza natural - de sua formidável acumulação de capitais, malgrado o nível de vida de suas classes populares serem superior ao europeu. A inexistência dessas sedimentações viscosamente parasitárias, legadas pelas fases históricas passadas, permitiu uma base sadia para a indústria e, em especial, para o comércio, possibilitando a redução cada vez maior da função econômica representada pelos transportes e pelo comércio a uma atividade subordinada à produção, ou melhor, a tentativa de incorporar estas atividades à própria atividade produtiva (cf. os experimentos feitos por Ford e as economias obtidas por sua fábrica através da gestão direta do transporte e do comércio da mercadoria produzida, economias que influíram sobre os custos de produção, ou seja, que permitiram melhores salários e menores preços de venda). Dado que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) conseguindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia (GRAMSCI, 2020, p. 247-248).

Verifica-se, portanto, que para alcançar o modelo produtivo imposto pelo fordismo, tal como pelo *americanismo*, a necessidade de elaborar um *novo tipo de humano* se fez de suma importância. Constata-se que a “racionalização” da indústria estipulou a urgência de um *trabalhador*

de novo tipo devido aos métodos de trabalho desenvolvidos pelas fábricas Ford serem, também, de *novo tipo*.

O filósofo italiano compreende que a “[...] história do industrialismo foi sempre (e se torna hoje de modo ainda mais acentuado e rigoroso) uma luta contra o elemento “animalidade” do homem [...]” (GRAMSCI, 2020, p. 262). Esses processos sempre destrutivos da natureza humana tendem a se intensificar na medida em que novos métodos de trabalho são criados e desenvolvidos por parte da fração grupal dominante. Portanto, a luta contra a “animalidade” do homem se faz através da sujeição dos instintos, ou seja, *animalescos e primitivos* às novas normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão sempre nova, mais “[...] complexos e rígidos, que tornam possíveis as formas cada vez mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo” (GRAMSCI, 2020, p. 262). Assim, todas as transformações:

[...] do modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou “educação” do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de inauditas brutalidades, lançando no inferno as subclasses e os refratários, ou eliminando-os inteiramente (GRAMSCI, 2020, p. 262-263).

A racionalização da indústria estipulou a necessidade de desenvolver um novo modelo de trabalhador devido ao trabalho de *novo tipo*. Entretanto, essa fabricação do novo protótipo de trabalhador, estava ainda em processo de desenvolvimento. Afirma o autor que a *adaptação psicofísica* exigida pela nova indústria estava sendo encaminhada pela persuasão exercida pelo *consenso* alinhado aos altos salários. Deste modo, o processo de desenvolvimento adaptativo à nova indústria ainda não havia se concretizado em uma ampla relação *superestrutural*, estando “[...] na fase inicial, e, por isso, (aparentemente) idílica” (GRAMSCI, 2020, p.

248). No entanto, o fordismo requer outra mentalidade, bem como novas normas de conduta e consumo entre os trabalhadores, mas, acima de tudo, uma disciplina comportamental que se adeque à produção. Com efeito, a *adaptação psicofísica* consiste na alteração do *ethos*¹⁵ entre o antigo e o *novo* trabalhador.

Gramsci nos revela em algumas notas de *Americanismo e Fordismo* (1934) que as relações sexuais foram as que mais sofreram represálias por parte da indústria, bem como da *sociedade em desenvolvimento*. Repreender os instintos sexuais é ir contra, necessariamente, a ordem natural. Os abusos das relações sexuais respondem pelos desgastes das energias necessárias aos novos métodos de trabalho. Assim, verifica-se, pois, os interesses de industriais, a exemplo de Henry Ford, sobre a vida privada de seus trabalhadores. Os empreendimentos feitos por Ford na intervenção:

[...] com um corpo de inspetores, na vida privada de seus empregados e para controlar como eles gastavam os salários e como viviam são um indício destas tendências ainda “privadas” ou latentes, que podem se tornar, num certo ponto, ideologia estatal, articulando-se com o puritanismo tradicional, ou seja, apresentando-se como um renascimento da moral dos pioneiros do “verdadeiro” americanismo, etc. (GRAMSCI, 2020, p. 268).

As relações sexuais, além de marcarem biologicamente as características da reprodução combinando particularidades genéticas, exercem, também, a função de “esporte”. Nesse sentido, os novos modos de trabalho exigiram ações repressivas do sexo como “esporte”, refreando, assim, o dispêndio das energias motoras necessárias à produção. O sexo na lógica capitalista – na época do *americanismo* – deveria ser regulado na medida certa, a saber: perpetuar racionalmente a espécie – no caso força de trabalho proletária –, garantindo, assim, a continuidade do processo

¹⁵ Entende-se *ethos* por costumes, hábitos, caráter moral e comportamento. É o conjunto dos traços e identidade do coletivo.

acumulativo capitalista. Em conjunto com as relações sexuais, Gramsci reflete sobre o papel que o “puritanismo” assumiu no ordenamento da vida social como instrumento repressivo dos instintos sexuais. O autor sardo observa como “[...] os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias [...]” (GRAMSCI, 2020, p. 252). O “puritanismo” se tornou uma “ferramenta” reguladora dos instintos sexuais. Os interesses dos industriais pela religião de origem inglesa¹⁶ devem ser estudados minuciosamente, isto é, não se constrói um novo trabalhador exigido pela indústria racionalizada enquanto “[...] o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado” (GRAMSCI, 2020, p. 252).

Os Estados Unidos, portanto, foram os portadores dos novos modos de repressão e proibição impostos pelas classes altas aos domínios da vida privada das classes trabalhadoras. Os aspectos proibitivos, seja embargando o consumo do álcool por meio da Lei Seca¹⁷, seja mediante a regulação das relações sexuais, esteve intrinsecamente ligado às necessidades iminentes de criar e imprimir na *sociedade civil*, ou seja, solidificar nas amplas relações *superestruturais*, um novo arquétipo de trabalhador, bem como um novo modelo de homem. Para Gramsci, na América:

[...] a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os

¹⁶ O puritanismo.

¹⁷ A Lei Seca, conhecida também como O Nobre Experimento, entrou em vigor nos Estados Unidos entre os anos de 1920 a 1933. Com a Lei Seca, a venda e o consumo de bebidas alcoólicas foram expressamente proibidos no país. Defende-se que a Lei Seca foi criada a partir da explosão de vendas de automóveis nos Estados Unidos. Todavia, Gramsci assegura que a Lei Seca esteve por trás da necessidade de criar outro modelo de trabalhador, exigida pelos novos métodos de trabalho da indústria “racionalizada”. Entretanto, as classes altas continuaram consumindo as bebidas alcoólicas graças às “forças marginais”, no caso a máfia, contrabandeando as bebidas e vendendo no mercado negro para as classes altas a preço exorbitantes.

serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem ironizasse estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo” estaria se negando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que é *também* o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem (GRAMSCI, 2020, p. 266).

Na verdade, o objetivo real das classes dirigentes no processo de reorganização hegemônica do capitalismo em crise por meio da etiqueta de uma *revolução passiva*, esteve amplamente conectado às necessidades de uma nova relação *psicofísica* entre os antigos e os novos trabalhadores; bem como a anulação do “[...] profissional qualificado que exigia certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas ao aspecto maquinal” (GRAMSCI, 2020, p. 266). Assim, a busca dos industriais americanos dos elementos do “puritanismo” se afasta do componente religioso. Por isso Gramsci assegura que eles – os industriais – não se preocupavam:

[...] com a “humanidade”, com a “espiritualidade” do trabalhador, que, no nível imediato, são esmagadas. Esta “humanidade e espiritualidade” só pode se realizar no mundo da produção e do trabalho, na “criação” produtiva; ela era máxima no artesão, no “demiurgo, quando a personalidade do trabalhador se refletia inteiramente no objeto criado, quando era ainda muito forte a ligação entre arte e trabalho. Mas é precisamente contra este “humanismo” que luta o novo industrialismo. As iniciativas “puritanas” têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso do trabalhador, coagido pelo novo método de produção (GRAMSCI, 2020, p. 267).

E Gramsci prossegue na nota 11 denominada *Racionalização da Produção e do Trabalho*, evidenciando que o industrial:

[...] americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, de sua eficiência muscular-nervosa: é de seu interesse ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, um conjunto permanentemente harmonizado, já que também o complexo humano (o trabalhador ativo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser excessivamente desmontada com frequência ou ter suas peças individuais renovadas constantemente com frequência sem que isso provoque grandes perdas. O chamado alto salário é um elemento dependente desta necessidade: trata-se do instrumento para selecionar os trabalhadores qualificados adaptados ao sistema de produção e de trabalho para mantê-los de modo estável. Mas o alto salário é uma arma de dois gumes: é preciso que o trabalhador gaste “racionalmente” o máximo de dinheiro para conservar, renovar e, se possível, aumentar sua eficácia muscular nervosa, e não destruí-la ou danificá-la. E é por isso que a luta contra o álcool, o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho, torna-se função do Estado (GRAMSCI, 2020, p. 267).

Pode-se afirmar que os “novos modos de vida”, que se disseminaram sob a legenda de *americanismo*, foram as tentativas precedentes de sistematizar a nova e moderna base produtiva, como também a iniciativa “[...] superficial e macaqueadora dos elementos que começaram a se sentir socialmente deslocados pela ação (ainda destrutiva e dissolutora) da nova estrutura em formação” (GRAMSCI, 2020, p. 280). O *americanismo*, enquanto expressão do *novo* modelo produtivo do capitalismo frente ao *velho* visava, sobretudo, em seu processo de expansão, *esmagar* as camadas improdutivas europeias, colocando-as em movimento, inserindo-as no avançado modelo produtivo do capitalismo americano. O *americanismo* representava o desespero das “classes

parasitárias”, pois, sem o *corporativismo* empreendido pelo fascismo italiano, a ultrapassada base produtiva de acumulação de capital das “classes parasitárias” seria aniquilada pelo moderno e imponente modelo americano. Mas, por outro lado, o *americanismo* não foi o embrião de uma “explosão” de tipo francês, todavia, garantiu por meio de uma *revolução passiva* que o modo de produção capitalista se expandisse, mesmo sob nova roupagem.

A solução encontrada para o capitalismo na Europa foi o advento do fascismo. Os princípios do liberalismo permitiram a formação de sindicatos representativos trabalhistas, como também das organizações partidárias das classes dominadas, sendo a expressão concreta da ascensão das classes subalternas no cenário político nacional e internacional, considerando os resultados da Revolução de Outubro (1917). Todavia, a implementação do *americanismo* na Europa necessitava exclusivamente da passividade das classes subalternas, bem como da modernização do retrógrado modo de produção capitalista. Nesse processo entre o *velho* e o *novo* as organizações acumulativas de mais-valia das “classes parasitárias” seriam, também, substituídas. Assim, pode-se afirmar que o “novo liberalismo” que se fez na forma de uma *revolução passiva* na Europa foi o *corporativismo* fascista.

O fascismo alicerçado sobre as bases do *corporativismo* visava reformar a estrutura produtiva individualista – própria do liberalismo –, em organizada, suportes do *corporativismo*. O fenômeno fascista foi, portanto, o regime inseparável do capitalismo atrasado europeu frente aos modernos métodos produtivos introduzidos na América, pois buscava preservar pela roupagem *corporativista* frações do setor agrário pertencentes às classes altas, assim como os detritos *passivos* das “classes parasitárias”. Com efeito, o *corporativismo* foi a configuração alcançada pelo combate das *mazelas* do liberalismo, conservando as classes plutocráticas no atual estado das coisas, afunilando, ainda mais, as lutas de classes na península.

O *corporativismo* também desejava submeter as classes subjugadas ao poder impositivo do Estado fascista, de modo que o Estado corporativo pudesse regular, pelas forças das armas, a produção e o

trabalho. Assim, o *corporativismo* fascista atendia à necessidade de organizar a indústria burguesa europeia aos novos métodos de trabalho desenvolvidos por Henry Ford. Não obstante, Gramsci considerava o *americanismo*, assim como o fascismo como sendo duas respostas organizadas à “crise orgânica” que assolou o século XX. O fascismo imprimiu por vias coercitivas o *americanismo* na Itália. Em vista disso, o fascismo italiano foi o próprio alento do capitalismo na Europa, pois, não representou a substituição de “tipo radical jacobina” de uma classe, por outra. No entanto, se fez por meio da mudança não revolucionária de uma força exploratória, por outra.

Por esse motivo, o *americanismo* continuou a exploração capitalista, por outros meios. O fenômeno americano foi, de fato, uma *revolução passiva*, pois, atualizou de cima para baixo, o modelo exploratório do capitalismo, por outros ainda mais modernos.

O *corporativismo* como fundamento político e social do fascismo italiano

O conceito de *hegemonia* permeia os *Cadernos do cárcere*. Pode-se afirmar, portanto, que o exercício “natural” da *hegemonia* em “tempos normais”, caracteriza-se pelo equilíbrio entre a *força* e o *consenso*: a *força* não ultrapassa o *consenso*, mas, ao invés disso, ela se apóia no *consenso* da maioria. No entanto, ocorre que em períodos de “crises orgânicas” o mecanismo hegemônico se fragmenta, tornando o *exercício da hegemonia* cada vez mais difícil. Quando o *aparelho hegemônico se quebra*, a *coerção* toma o lugar do *consenso* impondo por meio da pura *força* a *hegemonia* das classes dominantes.

As crises de *hegemonia* penetram as relações entre dominantes e dominados, manifestando-se, assim, nas crises de direção (crise de autoridade), bem como pela perda de continuidade dos partidos tradicionais, ou seja, o desequilíbrio se revela em uma crise de governabilidade. Ocorre que as crises de *hegemonia* são os termômetros

que marcam as instabilidades entre os dirigentes e os dirigidos: os dirigidos começam a se desprender do *consenso* da atual ordem social que solidifica as relações sociais. Por tal motivo, Gramsci sintetiza as causas dessas crises de *hegemonia* afirmando que as classes dirigentes tradicionais ao perderem o *consenso* das classes dominadas, passam a impô-lo por meio da *força*.

No livro intitulado *Nas trincheiras do ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo*, o autor Gianni Fresu nos revela que após as abolições dos sindicatos ligados às classes proletárias, “[...] no ano de 1927, e a partir da aprovação da *Carta del Lavoro*¹⁸ no mesmo ano, é

¹⁸ A *Carta del Lavoro* (A Carta do Trabalho) foi o documento no qual o Partido Nacional Fascista (de Mussolini) apresentou as orientações que deveriam nortear as novas relações de trabalho impostas pelo regime. A *Carta del Lavoro* criou com ela o Tribunal do Trabalho com o dever de considerar os interesses entre o capital e o trabalho, assim como eliminar os seus conflitos internos. A Carta foi publicada no jornal *Lavoro d'Italia* em 23 de abril de 1927, contendo no total 30 teses. Dentre as 30 teses, destacam-se: Tese 2: “O trabalho, em todas as suas formas de organização e execução, intelectuais, técnicas, manuais, é um dever social. Por isso, e somente por isso, é tutelado pelo Estado. Do ponto de vista nacional, o conjunto da produção é unitário; os seus objetivos são unitários e se resumem no bem estar individual e no desenvolvimento do poder”; Tese 3: “A organização sindical ou profissional é livre. Mas, só o sindicato legalmente reconhecido e subordinado ao controle do Estado tem direito de representar legalmente toda a categoria dos empregadores ou dos trabalhadores, em virtude da qual é constituído; de defender seus interesses perante o Estado e às demais associações profissionais; de celebrar contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os membros da categoria; de impor a eles contribuições e de exercer, com respeito aos mesmos, funções delegadas de interesse público”; Tese 5: “A magistratura do trabalho é o órgão pelo qual o Estado intervém para regular as controvérsias do trabalho, quer elas se refiram à observância dos pactos e de outras normas existentes, quer às determinações de novas condições de trabalho”; Tese 6: “As associações profissionais legalmente reconhecidas asseguram a igualdade jurídica entre os empregadores e os empregados, mantendo a disciplina da produção e do trabalho, promovendo o seu aperfeiçoamento. As corporações constituem a organização unitária das forças de produção, representando integralmente seus interesses. Devido a esta representação integral, sendo os interesses da produção, interesses nacionais, as corporações são reconhecidas por lei como órgãos do Estado. Como representantes dos interesses unitários da produção, as corporações podem ditar normas obrigatórias sobre a disciplina das relações de trabalho e também sobre a coordenação da produção, sempre que tenham sido devidamente autorizadas pelas associações coligadas”; Tese 19: “As infrações à disciplina e os atos que perturbem a atividade normal da empresa cometidas pelos empregados, são punidas, conforme a gravidade da falta, com multa, com pena de suspensão, e nos casos mais graves, com a despedida imediata, sem indenização. “Serão

realizado um sistema de intermediação entre capital e trabalho chamado corporativismo” (FRESU, 2017, p. 67). O *corporativismo*, portanto, nasce da necessidade de imprimir na península italiana uma alternativa dessemelhante à economia liberal, como também neutralizar os conflitos de classes internos. Ele foi a possibilidade encontrada para a *racionalização* do atrasado aparelho produtivo capitalista italiano. Para Gramsci, o *corporativismo* empregou o caráter de “polícia econômica”¹⁹, ao reprimir as organizações de classes e sindicais que se valiam das “mazelas” do liberalismo.

Por outro lado, o *corporativismo* fascista visava através de uma *revolução passiva* manter a economia italiana nas mãos das classes dirigentes tradicionais, simbolizadas nas corporações como “bloco industrial produtivo autônomo”; assim como garantir vivos os elementos *parasitários* da sociedade. Portanto, no *corporativismo* fascista não é o livre mercado que regula a economia, mas o próprio Estado. Nesse quadro, as “classes parasitárias” continuam protegidas, assim como as suas riquezas através de títulos oferecidos pelo Estado. As modificações são “substanciais” e o processo acumulativo de capital passa a ser intermediado pelo próprio Estado corporativo fascista²⁰. Retornando a obra de Fresu, cito uma importante passagem:

especificados os casos em que o empregador pode aplicar a multa, a suspensão, ou a despedida imediata sem indenização”.

¹⁹ O termo empregado por Gramsci de “polícia econômica” pode ser compreendido em ampla acepção: o substantivo “polícia” não se refere apenas ao serviço repressor estatal destinado a “combater” a criminalidade. Mas é concedido também como o agrupamento de forças organizadas pelo próprio Estado, visando defender determinadas forças hegemônicas, assim como certos poderes políticos ligados às classes tradicionais. Com a lei de 3 de abril de 1926, o caráter repressivo da “polícia econômica” fica evidente no regime fascista, pois, com ela veio o abolimento dos direitos de greve, bem como a supressão dos sindicatos livres. Os sindicatos poderiam existir, entretanto, inseridos na atual ordem política vigente: administrado pelo Estado corporativo fascista.

²⁰ No *corporativismo* o Estado se transforma em uma empresa concentradora de riquezas. Infere-se que esse novo modelo econômico se fez na Itália como uma *revolução passiva*. Ele efetuou mudanças moleculares na estrutura econômica sem alterar as preexistentes classes plutocráticas. O *corporativismo* visava transformar a economia sem grandes rompimentos com as classes tradicionais.

O corporativismo era a teoria político-social do fascismo, e na concepção de Mussolini deveria ser uma terceira via entre o socialismo e o capitalismo, capaz de superar o conflito de classe desagregador da unidade nacional e contrário aos interesses nacionais. Segundo esta teoria, o liberalismo e o marxismo afirmavam uma concepção da sociedade baseada sobre o domínio de uma classe, a burguesia ou o proletariado, enquanto o corporativismo afirmava a necessidade de superar o conflito entre as classes para alcançar uma conciliação dos interesses através da intermediação do Estado, com instituições parasitárias de empresários e trabalhadores. Com o corporativismo o fascismo abandona a sua abordagem liberal na economia, característica do período de 1921-1925, para voltar a uma concepção de Estado forte que participa da economia, com o primado do público sobre o privado (FRESU, 2017, p. 67).

É preciso pontuar que Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, principalmente no *Caderno 22* (1934), certifica que a incumbência do *corporativismo* não visava anular a diferença entre o capitalismo e os proletários, no entanto, se revelava moderativa e conservadora. Na nota 6 proveniente de *Americanismo e Fordismo*, denominada *Autarquia Financeira da Indústria*, o filósofo marxista nos revela essas contradições.

O autor italiano inicia suas reflexões por intermédio de um artigo de Carlo Pagni, intitulado “*A Proposito diun Tentativo di Teoria Pura del Corporativismo*”²¹, publicado na revista *Riforma Sociale*, nos meses de setembro e outubro de 1929. O artigo mencionado examinou dois livros de Nino Massimo Fovel, importantes para Gramsci, sendo eles: *Rendita e Salario nello Stato Sindicale*²² (1928); e *Economia e Corporativismo* (1929). Gramsci assegura que Carlo Pagni não compreendeu corretamente Fovel, pois, o autor de *Economia e corporativismo* (1929), concebe “[...] o ‘corporativismo’ como premissa para a introdução na Itália dos mais

²¹ A propósito de uma tentativa de teoria pura do corporativismo.

²² Renda e salário no Estado sindical.

avançados sistemas americanos do modo de produzir e de trabalhar” (GRAMSCI, 2020, p. 255). Na mesma nota supracitada, Gramsci explana algumas curiosidades sobre a trajetória profissional de Fovel, porém, vê como “significativo” na tese do autor, a parte em que ele compreende o *corporativismo* como um “bloco industrial-produtivo autônomo”. Ao *bloco corporativo*, segundo a teoria de Fovel, estava reservada a resolução:

[...] em sentido moderno e acentuadamente capitalista o problema de um ulterior desenvolvimento do aparelho econômico italiano, contra os elementos semifeudais e parasitários da sociedade que se apropriam de uma parcela excessivamente vultosa da mais-valia, contra os chamados “produtores de poupança” (GRAMSCI, 2020, p. 265).

Para Gramsci, o *corporativismo* exerceu a função de “polícia econômica”. Assim, seguindo seu pensamento, se faz importante esclarecer, afinal, alguns pontos relacionados ao conceito de “polícia”. Para o autor, o conceito de “polícia” está intrinsecamente associado ao conceito de Estado: à medida que o conceito de Estado se expande, amplia-se, também, o conceito de “polícia”. É correto afirmar que o conceito de Estado sofreu demasiadas modificações desde o final do século XIX até o início do século XX.

Com efeito, para Gramsci, a polícia não é entendida apenas como instituição repressiva do Estado burguês, destinada ao combate da marginalidade. Mas, desde as lutas de classes na França (1948), bem como os enfrentamentos das várias forças em disputa, buscando pela força das armas, a conquista hegemônica na nação de Napoleão Bonaparte²³, que o conceito de Estado se aprofundou em mudanças. Em vista disso, a polícia deixou de ser apenas um “serviço” oferecido pelo Estado burguês, tornando-se também um agrupamento destinado a organizar e conservar o domínio econômico e político das classes dirigentes tradicionais. Gramsci

²³ Napoleão Bonaparte (1769-1821) foi um líder político e militar francês, durante os últimos anos da Revolução Francesa.

concebe, portanto, até mesmo os partidos políticos – a exemplo do fascismo –, como organizações afirmativas da função de “polícia” *investigativa e repressiva*. Entretanto, o conceito de “polícia” se expande (ainda mais) na medida em que adentramos a ótica investigativa do pensador sardo: tornando-se “polícia progressista”, como também “polícia reacionária”.

Torna-se necessário, em consequência do que foi revelado, elucidar que o elemento negativo de “polícia econômica”, intermediado pelo Estado corporativo, suplantou “[...] o elemento positivo da exigência de uma nova política econômica que renove, modernizando-a, a estrutura econômica social da nação [...]” (GRAMSCI, 2020, p. 258). Assim, o *corporativismo* se apresentou como “polícia econômica” ao reprimir em solo italiano os conflitos de classes, como também as liberdades de organizações políticas. Por isso, é necessário destacar que dentre as pluralidades objetivas defendidas pelo movimento corporativo, a supressão da ordem sindical livre se fez como causa primeira.

Vale reconhecer que o *corporativismo* suprimiu as organizações sindicais livres na península italiana, no entanto, consolidou novas organizações sindicais de valor comum, ou seja, subordinadas à política do Estado fascista. Outra característica própria do *corporativismo* fascista foi a de adaptar no país de Gramsci o modelo norte-americano de “economia programática”. Vale ressaltar que a “[...] americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado” (GRAMSCI, 2020, p. 259). O Estado, evidentemente, segundo o autor italiano, é o Estado liberal burguês. Mas, não o modelo liberal que assegura através de valores democráticos – conquistados pelos trabalhadores por meio de suas lutas – que a luta de classes avance e se organize no sentido mais brutal da exploração capitalista. Destarte, Gramsci sublinha:

O Estado é o Estado liberal, não no sentido do livre-cambismo ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios

próprios, como “sociedade civil”, através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio (GRAMSCI, 2020, p. 259).

Após “eliminar” os conflitos de classes na península, como também assegurar a nova roupagem do capitalismo na Itália, o *corporativismo* absorveu em seu seio os interesses das classes médias. O Estado corporativo criou “novos rentistas”. Ao contrário do que defendia Fovel, a orientação corporativa atuou para preservar as posições das classes médias ameaçadas pelas lutas de classes, tal como pelo novo modo de produzir importado da América. Deste modo, o movimento corporativo exerceu a função de “[...] conservação do que existe tal como existe e não uma mola propulsora” (GRAMSCI, 2020, p. 259).

O *corporativismo* assume, pois, um caráter “anticatastrofista” sob a etiqueta de uma *revolução passiva*. Como mencionado no texto acima, o pensador marxista não compactua com o caráter determinista da crise do capitalismo, podendo levar ao colapso das relações de produção. Não obstante, enxerga o *americanismo*, assim como o *corporativismo* como mecanismos passivos articulados a superar a crise sem grandes transformações nas estruturas das classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Com efeito, a crise do capitalismo – intensificada pela Primeira Guerra Mundial, tal como pelo *crash* da bolsa de Nova Iorque, em 1929 –, foi vista por Gramsci como passível de administração, impondo ao mundo produtivo, bem como nas relações *superestruturais*, novas e modernas formas de *revoluções passivas*.

Considerações finais

Por todos esses aspectos apresentados, as revoluções passivas são armadilhas desenvolvidas pela classe burguesa, visando manter o seu poder da classe dominante e dirigente. As revoluções passivas são, portanto, estratégias para manter a hegemonia das classes dirigentes fragilizadas, podendo criar as condições para aquilo que Marx chamou de

etapa de revolução. As revoluções passivas são revoluções inativas precisamente porque não superam um modo de produção por outro, mas mantém as bases produtivas do mundo burguês.

Conclui-se, portanto, que toda mudança ocorrida através das revoluções passivas, verifica-se para manter a propriedade e a exploração do capital sobre os trabalhadores. Essa transformação pelo alto muda homens e programas, atualiza os métodos de trabalho, mas a exploração continua. Com efeito, Gramsci afirma que essas revoluções passivas não acontecem a qualquer momento. Elas se manifestam sempre quando pode haver uma radical transformação social. Por isso, é correto afirmar que ela existe quando se manifesta na superestrutura uma crise orgânica, atingindo também o Estado, possibilitando a organização das classes opostas às dominantes, buscando o fim da propriedade privada. No interior dessas crises, a possibilidade das classes subalternas avançarem existe, buscando novos métodos produtivos, bem como desenvolvendo no interior do processo outra Cultura através de uma reforma intelectual e moral.

Referências

- FRESU, Gianni. *Nas Trincheiras do Ocidente. Lições sobre fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: UEPG, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 5. Ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 4. Ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2015.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era das impérios. 1875-1914*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 25. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- PINTO, Geraldo Augusto. *Organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Americanismo e Fordismo: a unidade do mundo na era de sua reconfiguração geopolítica. O conceito de revolução passiva como categoria interpretativa

SAID, Ana Maria. *Uma estratégia para o Ocidente: o conceito de Democracia em Gramsci e o PCB*. Uberlândia: Edufu, 2009. DOI: <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-223-6>.

VACCA, Giuseppe. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci: 1926-1937*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2012.

Data de registro: 28/11/2023

Data de aceite: 14/12/2023